

NOGUEIRA, Karen Rafaela Felipe¹
SANTOS, Vitor Matheus dos²
COSTA, Eduardo Gomes da³
SILVA, Gustavo Antonio Bernardino⁴
SILVA, Pedro Henrique da⁵
BENTO, Luiz Carlos⁶

RESUMO: Neste artigo, são apresentadas reflexões a partir de experiências no Grupo de Estudos OGBON⁷, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABI), IFMS/TL e ao PET História Conexões de Saberes da UFMS/CPTL. Esse grupo atua como referência no estudo e na produção de conhecimento científico acerca da realidade racial brasileira, promovendo um debate entre a universidade e a sociedade em geral sobre essa temática, especialmente durante a fase prática das oficinas realizadas no IFMS/TL. Dessa maneira, o grupo de estudos apoia-se na abordagem na base teórica e interdisciplinar. Ao analisar as experiências do OGBON, percebe-se que esse grupo colaborou significativamente no debate a respeito das relações étnico-raciais, em especial, sobre o racismo e a educação da negritude, e possibilitou que vários/as discentes pudessem se reconhecer e se afirmar negros/as e tivessem o entendimento, a fundamentação teórica e o posicionamento crítico mediante a essas questões, construindo um letramento racial mais abrangente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Ancestralidade, Relações Étnico-raciais, Movimento Negro.

OGBON STUDY GROUP: A LOOK AT AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN HISTORY

ABSTRACT: In this article, reflections are presented based on experiences in the OGBON Study Group, linked to the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI), IFMS/TL and PET História Conexões de Saberes at UFMS/CPTL. This group serves as a reference in the study and production of scientific knowledge about racial reality, helping the university and society in general on this topic. In this way, the study group relies on a theoretical and interdisciplinary approach. When analyzing the experiences of OGBON, it is clear that this group contributed significantly to the debate on ethnic-racial relations, in particular, on racism and the education of blackness, and enabled several students to recognize and affirm themselves as black. /as and had the understanding, theoretical foundation and critical positioning regarding these issues, building a more comprehensive racial literacy.

KEYWORDS: Education, Ancestry, Ethnic-racial Relations, Black Movement.

¹ Bolsista PET História Conexões de Saberes CPTL. E-mail: karen_nogueira@ufms.br

² Bolsista PET História Conexões de Saberes CPTL. E-mail: vitor.matheus@ufms.br

³ Bolsista PET Geografia do CPTL. Email: eduardo.g@ufms.br

⁴ Bolsista PET História Conexões de Saberes CPTL. E-mail: gustavo.b.silva@ufms.br

⁵ Bolsista PET História Conexões de Saberes CPTL. E-mail: pedro.henrique.silva@ufms.br

⁶ Professor Associado da UFMS. Tutor do PET História Conexões de Saberes. Email: luiz.bento@ufms.br

⁷ "Sabedoria" em Yorubá. Ver em: <<https://ileaseofaketu.webnode.com.br/dicionario-yoruba/>>

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva apresentar e analisar as contribuições do Grupo de estudos OGBON, para a sociedade de forma geral em questões relacionadas às Relações Étnico-raciais, a partir da Lei nº 10.639/2003, buscando identificar as abordagens teóricas e metodológicas adotadas, bem como a repercussão das discussões. Procuramos discutir questões da sociedade atreladas a raça, classe e gênero.

O sistema público de ensino brasileiro ainda percorre um grande caminho de luta para contribuir com uma educação étnico-racial que impeça a propagação da engrenagem capitalista, o racismo. Presente abundantemente na estrutura do país, infringindo as condições sociais, culturais e políticas dos afrodescendentes brasileiros.

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais - já sofreram violência policial - a cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras - nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros - a cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo - aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente (RACIONAIS MC's, 1997).

Com isso presente, esse artigo analisa a atuação e desenvolvimento do grupo de estudos OGBON, idealizados pelo PET História - Conexões de Saberes - UFMS/CPTL e pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) IFMS/TL, na tentativa de produzir uma educação étnico-racial no âmbito acadêmico que, vinte anos após a Lei nº 10.639/03, ainda permanece majoritariamente branco e elitista. Através de uma bibliografia interdisciplinar, o projeto discute o passado, o presente e as perspectivas do futuro dos flagelos do racismo na educação e no país.

GRUPO DE ESTUDOS OGBON EM AÇÃO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DE SUA RELEVÂNCIA SOCIAL

O Grupo de Estudos sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana nasce da iniciativa do PET História Conexões de Saberes do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em colaboração com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) do

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (IFMS/CPTL). O projeto tem por objetivo discutir temáticas relacionadas a cultura, política e sociedades afro-brasileiras e africanas, a partir das contribuições historiográficas, sociológicas, literárias, entre outros campos do conhecimento.

Antes de adentrar nas explicações acerca do funcionamento do projeto, cabe aqui explicitar algumas questões que justificam e legitimam a importância dessa atividade enquanto ação da comunidade petiana. A ação do grupo de estudos, se constitui como fundamental para a formação social e política de todos os envolvidos, sobretudo, possui uma relevância histórica no sentido de sua práxis, dessa forma, cabe as seguinte perguntas: Quais são as motivações para a criação deste grupo de estudos e qual a sua relevância do ponto de vista, social e político?

Em primeiro plano é necessário compreender as conjunturas estruturais que baseiam a formação de nossa sociedade, levando em consideração uma raiz histórica pautada em anos de colonização e escravização das populações originárias e povos africanos. A escravidão no Brasil trouxe inúmeros impactos negativos para a sociedade, e do ponto de vista social acabou por demarcar um sistema que estruturou relações violentas de poder.

Como forma de legitimar a escravidão, e as relações de poder, a branquitude⁶¹ utiliza-se de teorias pseudocientíficas como o darwinismo social que surge a partir do século XIX, com o intuito de hierarquizar as relações entre brancos e uma população majoritariamente não-branca. Dessa forma, constrói-se toda uma corrente ideológica que inferioriza negros e indígenas, colocando o branco como um padrão a ser seguido. As políticas de miscigenação e a teoria do embranquecimento evidenciam tais afirmações, conforme Silva (2016)

No Brasil, o ideal do branqueamento ganhou forma nas teses de teóricos como Nina Rodrigues e Sílvio Romero que em, livros como *Os Africanos no Brasil*, defenderam que "a raça negra (...) há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo", ou que "a constituição orgânica do negro (...) não comporta uma adaptação à civilização das

⁶¹ Que pode ser pensada como conceito que caracteriza a identidade racial do branco e destaca seu lugar de privilégio na sociedade (SILVA e GÓES, 2021)

raças superiores". Embranquecer, então tornou-se um "ideal", o único caminho para a "ordem e o progresso". (SILVA, 2016, p.107)

Sendo assim, as relações que se estabelecem aqui são oriundas de uma concepção ideológica e epistemológica de verticalidade, procurando afirmar a posição de um sujeito como o dominador e o outro como dominado, empobrecendo as relações humanas, visto que a violência e a colonização cultural são marcas presentes nessa relação hierárquica que se estrutura entre o dominado e o dominador (KOSTUCZENKO, FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 2021).

Dentro desta perspectiva, pela necessidade de elaborar ações que estivessem pautadas na desconstrução de um pensamento racista, e pelo compromisso da comunidade petiana com a divulgação e produção do saber científico multicultural. O PET História no primeiro semestre de 2023, em parceria com o NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena), constroem um diálogo dinâmico por meio da criação do grupo de estudos OGBON, com temas relacionados à História e Cultura Africana e Afro-brasileira, a fim de resgatar e valorizar a memória e ancestralidade de povos historicamente marginalizados. O grupo de estudos se apresenta, portanto, como uma medida de reparação, buscando sempre refutar os discursos racistas que foram enraizados em nossa sociedade e que conforme (ALMEIDA, 2019) são estruturais.

A permanência de falácias a respeito da cultura negra, bem como a discriminação permeada em nossas relações cotidianas, torna as discussões do OGBON ainda mais necessárias. Os encontros são articulados quinzenalmente de forma presencial em sala de aula do bloco VI, e conta com a participação de alunos e professores tanto do curso de História como também de outros cursos do campus.

Figura.1 - Membros do grupo de estudos OGBON debatendo um texto



Fonte: PET História (2023)

Os debates do encontro se concretizavam a partir da escolha de um texto como também de uma pessoa para ficar responsável pela mediação da discussão, tendo em vista que todos os integrantes têm a abertura de participação e diálogo nos encontros. As escolhas das leituras são abertas tendo como pressuposto a afinidade de cada um dos membros, contanto que faça parte da temática e os objetivos do grupo de estudos.

Exercer o debate acerca de questões relacionadas à cultura Afro-brasileira e Africana, se constitui como um ato de resistência, sobretudo, mediante ao cenário reacionário e racista que enfrentamos atualmente. O espaço universitário ainda permanece embranquecido, no sentido epistemológico da branquitude, nossas leituras acadêmicas ainda estão centradas no pensamento branco europeu, embora exista sim professores que nos proporcione uma perspectiva teórica não-branca, e que dão abertura para o diálogo multicultural. Entretanto, essa abertura ainda é muito limitada, e muda conforme a grade de cada curso, em alguns é possível evidenciar até mesmo a inexistência desses debates.

O grupo de estudos OGBON configura-se, desse modo, como uma alternativa para suprir a falta dessas discussões que muitas vezes não conseguimos alocar nos períodos de estudo habitual.

Figura.2 - Estudantes reunidos em foto para o OGBON



Fonte: PET História (2024)

A cada encontro é possível identificar o interesse e compromisso tanto dos alunos quanto dos professores no que diz respeito a apontar criticamente as pautas que nos propomos dialogar, como também construir um pensamento antirracista. Nesse sentido, o diálogo estabelecido parte da troca de experiências e vivências entre os discentes e docentes, o que contribui indubitavelmente para a formação política, social e cultural de todos os envolvidos no projeto.

Deste modo, cabe neste momento precisar detalhadamente o conteúdo teórico de nossas discussões, trazendo autores e refletindo acerca dos textos que anteriormente foram debatidos no grupo de estudos. A fim de que seja possível compreender a conjuntura social e política que move o nosso interesse na pauta da valorização dos saberes afro-brasileiros e africanos.

Ao longo do semestre 2023/1 o OGBON - Grupo de Estudos sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana se reuniu em cinco ocasiões para discussão de textos. Passando por diversos temas sobre história, identidade, cultura e resistência negra. Através de diferentes autoras e autores e de variadas perspectivas, as discussões enriqueceram e deram vida aos encontros, contribuindo no amadurecimento do processo formativo dos membros do grupo.

Apresentaremos a seguir os textos e os autores lidos e debatidos nos encontros:

O Haiti: História, literatura, cultura – Figueiredo (2006).

Esse foi o artigo discutido em nosso primeiro encontro, no dia 06/04. Publicado originalmente em 2006, a professora da UFF, Eurídice Figueiredo, pesquisadora da área de Estudos de Literatura, faz uma retrospectiva sobre a história e papel da literatura do país caribenho, colonizado pelo império francês, a partir de sua independência em 1804 por uma revolução liderada por escravizados e ex-escravizados.

Entretanto, logo após a independência, com a proclamação da primeira república negra, o país implantou o único modelo nacional que conhecia, o modelo francês. Como o povo nunca pôde ser integrado à nação a fim de construir uma verdadeira democracia ocidental, o antigo escravo, ao se tornar chefe de estado, se vê confrontado com a tentação de se identificar com o estado e com a nação, tornando-se assim um tirano, já que sua vontade torna-se expressão da vontade da nação (FIGUEIREDO, 2006, p. 375).

Como afirmado pela autora, com a queda do primeiro rei em 1820 “os mulatos” assumiram o poder no país, um grupo que buscava a todo custo se provar como franceses e

Assim, a defesa da raça negra consistia em mostrar que o haitiano se distanciava dos significantes da barbárie (o vodu e o crioulo) herdados da África, e se aproximava dos significantes da civilização herdados da França: a língua francesa, os usos e costumes, as práticas políticas e jurídicas (FIGUEIREDO, 2006, p. 377-378).

Esse artigo nos levou a refletir sobre o domínio além do político e “oficial”. Mesmo independente, o Haiti, permaneceu endividado com a França, dependente economicamente das potências, passou a ser visto internacionalmente como um pária e um símbolo perigoso, uma revolução negra de independência em um sistema baseado na escravização destes. Entrando na dimensão do subjetivo, o eurocentrismo, a hegemonia cultural, o surgimento das teorias baseadas no darwinismo social, colocaram os brancos como referência universal de beleza, cultura e desenvolvimento. Todas as formas, tradições, religiões e modos de vida herdados e trazidos do continente Africano foram abominados, classificados como barbárie.

Apesar disto o movimento literário indigenista haitiano, como nos apresenta a autora, “ao privilegiar a cultura popular e principalmente o vodu e o crioulo, [...] optou pelo nacional em detrimento do cosmopolita” (FIGUEIREDO, 2006, p. 393). A resistência ao hegemônico nunca se perdeu no país, e a herança da luta da independência sempre se manteve firme. Talvez justamente por esse motivo o país seja continuamente punido pelas elites mundiais, e permanece até hoje pobre, faminto e cercado de tragédias.

Entre o Movimento Negro e o hip-hop – Felix (2013).

No dia 04/05 realizamos nosso segundo encontro, a partir do texto do professor da UFNT, João Batista de Jesus Felix, doutor em Antropologia Social. Nesse texto o autor traça uma retrospectiva das principais organizações do movimento negro ao longo do século XX, seus princípios, ações e formas de organização.

Uma das pioneiras, a problemática Frente Negra Brasileira (FNB) surgida em 1931, apresentava opiniões com um viés fascista, como afirmar que “o que ocorria na Alemanha era visto como melhor exemplo do que o governo brasileiro deveria fazer” e também “desprezava Palmares e despejava elogios aos abolicionistas e à princesa Isabel” (FELIX, 2013, p. 131). Como afirmado por Felix (2013), toda sua direção era católica e se mantinha distante de religiões de matriz africana, não reivindicavam o continente africano como referência de luta, nem o Haiti. “Apesar disso, ela lutava para que houvesse mudanças profundas nas relações “raciais” brasileiras” (FELIX, 2013, p. 131). A FNB se desmobiliza com o Estado Novo de Vargas.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) surge, em 1940 na cidade do Rio de Janeiro. Buscando valorizar e visibilizar a cultura e a arte negras ao proporcionar uma educação politizada à população.

Felix (2013, p. 133) afirma que “a grande diferença entre a FNB e o TEN é que para a primeira o negro deveria simplesmente assumir os valores sociais dos brancos” e “já para o TEN o que o negro deveria fazer era lutar para ter o direito de ser ele mesmo” (FELIX, 2013, p. 133).

Apesar disso o TEN não tinha uma posição claramente definida, e acabava caindo em um “dilema entre a afirmação política da identidade negra

e a influência do etnocentrismo europeu adaptado à realidade brasileira” (FELIX, 2013, p. 134).

O período da Ditadura Militar, marcado por forte repressão política, foi um período de grande desmobilização dos movimentos sociais num geral, incluindo o movimento negro, que só voltam a se articular com a liberdade política do fim do regime. Porém a maior parte dos partidos políticos “não assumia o combate à discriminação racial como algo prioritário” (FELIX, 2013, p. 136).

A exceção foi o Movimento Trotskista, que entendia a luta antirracista no seio da luta unificada dos trabalhadores na tomada do poder econômico-político. Baseado nesses ideais vários atores políticos defenderam que o MN deveria ser uma organização de massa com viés revolucionário marxista (FELIX, 2013).

O principal resultado da ação política deste grupo foi o surgimento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente mudado para Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e depois para Movimento Negro Unificado (MNU) (FELIX, 2013, p. 137).

O autor, porém, problematiza que essa aproximação do MN na disputa partidária e na influência político-administrativa teve como consequência uma incapacidade de contato, acesso e politização em relação à população negra.

O MN contemporâneo, com sua opção partidário-legalista, passou a ter um distanciamento da população “negro-mestiça” maior do que o existente no período da Frente Negra Brasileira, que com suas atividades culturais procurava atrair mais e mais “negros” e “mestiços” para as hostes políticas (FELIX, 2013, p. 140).

A partir daí Felix apresenta o papel de politização do Movimento Hip-Hop Organizado (MH2O), sua inserção nos espaços, e capacidade de capilarização através da cultura.

Por volta do final da década de 1980 e início de 1990, inúmeras “posses” – reunião de grupos de *rap*, *break* e grafite – que tinham como principal função proporcionar um espaço no qual eles pudessem discutir os problemas do MH2O, dos “pretos”, da sociedade em geral e, em especial, dos pobres e marginalizados, tais como: violência policial, desemprego, moradia etc (FELIX, 2013, p. 143).

O MH2O entendeu que os brancos pobres e de quebrada também são aliados na luta, seus membros são em grande parte religiosos, com respeito a diversidade e inimigos das drogas, pois a entendem como um dos maiores responsáveis pelas condições de vida da população preta e pobre (FELIX, 2013).

Fomos ao baile tentando encontrar o Movimento Negro político e o que descobrimos foi a sua ausência, ao menos física, contrastando com a forte presença desse novo grupo, que é o Movimento Hip-Hop Organizado (FELIX, 2013, p. 149).

Felix contrapõe o MN com o MH2O, e como o último entende o MN de uma forma "pequeno-burguesa" e afastada da população. A forma como o autor finaliza seu texto comprova esse ponto.

Negritude, apropriação cultural e a "crise conceitual" das identidades na modernidade – Pinheiro (2015).

No dia 18/05, terceiro encontro do grupo, foi debatido o texto de Lisandra Barbosa Macedo Pinheiro, doutora em História pela UDESC, onde a autora discute a natureza conceitual da apropriação cultural em um contexto de fragmentação das identidades na sociedade pós-moderna.

É um dos artigos mais complexos e importantes conversados no interior do grupo. A apropriação cultural, "o ato de se utilizar ou adotar hábitos, objetos ou comportamentos específicos de uma cultura, por pessoas e/ou grupos culturais diferentes" (PINHEIRO, 2015, p. 1) se mostra extremamente desrespeitoso e perigoso.

Desrespeitoso ao se pensar, por exemplo, no uso de vestimentas e expressões religiosas em ambientes não religiosos por não praticantes. Perigoso ao banalizar simbologias, vestimentas e comportamentos esvaziados de seus significados, por exemplo, transformar o símbolo do partido dos Panteras Negras em camisetas, com um propósito puramente comercial, para pessoas alheias à luta da organização. Pensando, porém, na construção de uma sociedade onde:

As preferências individuais dão lugar a preferências coletivas, o "eu" dá lugar ao "nós", e assim, os grupos organizados, que Maffesoli denomina "tribos", compartilham experiências e identificações, interesses, comportamentos que se constroem socialmente como forma a resistir a desesperança de um futuro que já não satisfaz mais (PINHEIRO, 2015, p. 5).

E assim essas identidades fragmentadas “tribais” se cruzam, se hibridizam, se desconstroem e reconstroem. Pensar a cultura de determinado grupo, ou especificamente a cultura negra, como estanque e separada da totalidade da cultura popular se mostra impossível. Ocorre “um processo mais complexo que passa principalmente pelas negociações, pelas sobreposições e hibridizações que permitiram e ainda permitem à cultura popular sua sobrevivência” (PINHEIRO, 2015, p. 5).

A cultura negra foi inserida na lógica mercadológica do modo de produção capitalista, e contraditoriamente essa “legitimação” que surge de sua inserção na indústria cultural e lhe dá uma sobrevivida, uma forma de sobreviver frente à cultura burguesa hegemônica, também a torna passível de apropriação por grupos desconectados de sua origem.

Saliento, contudo, que a crítica é válida para que se questione e que não se naturalize o fato de não-negros se apropriarem da cultura negra, assim como, contraditoriamente, os grupos negros que inevitavelmente estão dentro do sistema e que permitiram que sua cultura se restituísse e se reajustasse nos países da diáspora a partir de outros elementos culturais que não aqueles encontrados em suas culturas de origem e que também teve que se inserir a uma lógica de consumo e práticas como forma de resistir ou se de legitimarem dentro desses espaços (PINHEIRO, 2015, p. 10).

Desta forma, a reflexão que a autora nos traz é a de pensar criticamente a apropriação cultural, como ela se insere na sociedade brasileira, e quais os mecanismos que o capital usa para contraditoriamente legitimar e esvaziar a cultura negra. Reforçando a necessidade de se aprofundar na forma de se pautar os termos dessa crítica, para que não se caia em uma retórica conservadora de defesa de uma cultura engessada e isolada, pois “sua crítica não pode se dar de forma desconectada de sua historicidade e de sua complexa rede de solidariedade e sociabilidades” (PINHEIRO, 2015, p. 13).

O “branco na branquitude” e o “branco antirracista” – Silva e Góes (2021).

No dia 01/06 foi realizado o penúltimo encontro do OGBON no semestre. Os autores do texto são: Leonildo Severino da Silva, doutorando em Saúde Pública pela ISC/UFBA, e Emanuelle Freitas Góes, pós-doutoranda

pelo CIDACS-Fiocruz e professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (ISC/UFBA).

Nesse artigo os autores trazem uma reflexão conceitual acerca da categoria branquitude “pensada enquanto conceito à identidade racial do branco, e, portanto, a partir desse privilégio” (SILVA; GÓES, 2021, p. 523) e na invisibilização da responsabilidade do branco nas relações hierarquizadas historicamente construídas a partir de uma sociedade racista, colonialista e eurocentrada. Silva e Góes discorrem então sobre o papel do branco antirracista, em seu lugar de privilegio, frente à luta pela abolição dessas relações de poder desiguais.

Diante de uma condição indigna a que foram submetidas a população negra onde estavam os brancos? Por que falamos em racismo, em desigualdade e relutamos em expor aqueles que durante a história romperam com a dignidade humana e estabeleceram hierarquias baseadas numa classificação arbitrária entre raças e privilégios decidindo quem é humano e quem não é? (SILVA; GÓES, 2021, p. 526).

Buscando responder essa pergunta, os autores trazem duas perspectivas acerca da “racialização” do branco. A primeira seria “a identidade racial branca invisível por meio da falta de percepção deste como ser racializado, ou seja, a brancura dos sujeitos brancos é algo ‘natural’ e ‘normal’” (SILVA; GÓES, 2021, p. 527).

Nesse sentido a branquitude surgiria somente em oposição ao não branco, ao diferente e anormal. O sujeito branco não se entenderia como racializado, mas sim como o não racial, como o padrão social.

Revedo seu ponto de vista defendido anteriormente, Ruth Frankenberg (2004) argumenta que a invisibilidade da identidade racial branca é parcial, ou seja, uns veem e outros não, a depender de seus interesses. Seria então uma outra perspectiva dessa suposta invisibilidade.[...] Nesse sentido a identidade racial do branco é posta em visibilidade, e facilmente acessada, quando são questionados seus privilégios enquanto um ser racializado, hegemônico e cujas características devem ser reproduzidas enquanto ideal de constituição do “ser humano” (em parâmetros intelectuais, morais, estéticos, econômicos, educacionais etc.), por aqueles que supostamente são “excluídos” baseados na sua condição racial – os negros/as (SILVA; GÓES, 2021, p. 527).

A partir dessa outra perspectiva, a ideia de se entender enquanto parte de uma raça branca, varia do interesse e do momento, principalmente em momentos em que se arrisca a perder um privilégio.

A partir do momento em que brancos antirracistas passam a entender seu lugar de privilégio e tentam de todas as formas que estiverem ao seu alcance situarem-se num processo de desconstrução desse “não lugar”, ou seja, lugar indesejado, já que não querem estar aí, ao mesmo tempo em que buscam outro “lugar” na sociedade, a branquitude crítica avança no sentido de reconstrução de uma identidade cultural desse branco racializado com vistas a abolição de seu traço racista (SILVA; GÓES, 2021, p. 530).

Silva e Góes afirmam então que o processo de construção de um branco antirracista passa por se entender de forma racializada, não pela negação de uma raça branca, isso seria tampar o sol com a peneira, e sim seguindo essa premissa, se opor a “branquitude”, enquanto construção identitária baseada no privilégio racial.

As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil

– Veiga (2018).

Homem - branco - hétero. Intersecções daquilo que numa sociedade patriarcal como a nossa estabeleceu-se como padrão. O padrão só pode existir como tal se coexistente a ele está algo fora do padrão. Nesses termos, o homem, branco, hétero estabeleceu-se como padrão; e a mulher, a transgeneridade, o negro, o índio, o gay foram relegados à condição de fora do padrão (VEIGA, 2018, p. 77).

Em nosso último encontro do semestre (22/06) o texto debatido foi de autoria de Lucas Motta Veiga, mestre em Psicologia e Estudos da Subjetividade pela UFF. Nesse artigo Veiga argumenta que os gays negros vivenciam duplamente a diáspora:

Enquanto negros sofrem com a separação ancestral de sua terra natal, a África, assim como de sua genealogia, cultura, religião e língua. Escravizados e jogados em uma terra que os violenta, que os odeia, que desenvolve continuamente aparelhos visando seu controle, e em último caso erradicação. “Numa sociedade suprematista branca como a que vivemos ser negro é, num certo sentido, não ser humano” (VEIGA, 2018, p. 79).

O povo negro vive, desde sua saída forçada de África, num ambiente anti-negro, racista, que opera com inúmeros dispositivos para exterminá-lo. Não há descanso e muito menos a possibilidade de se sentir em casa, mesmo estando

vivendo no Brasil há cerca de quinhentos anos (VEIGA, 2018, p. 80).

Enquanto negros e homossexuais, fora dos padrões naturalizados e aceitos hegemonicamente pela sociedade burguesa, são reprimidos até entre suas famílias, reprimidos pela comunidade negra que tenta se inserir nessa sociedade branca, reproduzindo seus ideais.

Esse masculinismo negro é tóxico, tanto para os homens negros héterossexuais quanto mais para as mulheres e LGBTs negros que, não bastasse sofrer as limitações e violências produzidas no seio da sociedade supremacista branca em que vivemos, sofrem também por parte de algumas pessoas do seu próprio povo com quem partilham opressões de raça, mas com quem não é possível contar e/ou confiar plenamente, porque a diferença de gênero e de orientação sexual faz com que o homem negro hétero, às vezes, se sinta numa posição superior em relação à mulher e aos LGBTs e, dessa posição, reproduza violências que sofre enquanto um corpo negro no mundo sobre os corpos negros que trazem outras marcas memorizadas além da negritude (VEIGA, 2018, p. 81).

Ao perder o afeto de seus iguais, ao não receber acolhimento, ao ser expulsos de casa, jogados ainda mais a margem da sociedade branco-burguesa “os garotos negros homossexuais experimentam a diáspora pela segunda vez” (VEIGA, 2018, p. 81).

Certamente, contar para a família sobre sua sexualidade é uma das decisões mais delicadas e um dos momentos mais difíceis pelos quais a bixa preta passa para poder viver aquilo que se é. Colocar em risco o aconchego do lar, o colo de mãe e o afeto dos irmãos tem um efeito, por vezes, aterrorizante, na medida em que a família ocupa lugar especial de pertencimento e de segurança para a bixa preta. Muitas optam por não partilhar de si com a família; algumas partilham e acabam sendo rejeitadas; outras, felizmente, falam de si e são acolhidas pelos familiares (VEIGA, 2018, p. 82).

Na segunda metade do texto Veiga discute como o modo de produção capitalista molda e cria nossas necessidades e desejos, se apoiando na imagem de beleza branca, esculpida. “Se o desejo é colonizado pelo capital, que é branco, o que o desejo passa a desejar é a brancura. Que lugar então restaria para a bixa preta na economia do desejo?” (VEIGA, 2018, p. 83).

O padrão de beleza criado por/para a sociedade do consumo é inalcançável, é doentio. O corpo magro e esbelto é inacessível para a maior parte da população que trabalha 44 horas por semana e gasta mais 4 por dia

se locomovendo de casa para o trabalho. A pele clara, os olhos claros, dentes branquíssimos e o cabelo liso e brilhante, a imagem do burguês europeu, são inalcançáveis. O efeito do racismo por trás dessa imposição do perfeito inacessível destrói a autoestima e mutila o amor próprio.

Odiar seus traços, odiar a cor de sua pele, odiar sua história pessoal e a história do povo ao qual pertence. Desse ponto de vista, o racismo é um sucesso, porque consegue nos matar afetivamente, simbolicamente, para além ou aquém das estatísticas de homicídios de pessoas negras no Brasil. Mata-se por todos os lados e de múltiplas formas. [...] Sua imagem não é representada, seu corpo quando aparece é, quase sempre, em posição subalterna ou de modo pejorativo. [...] O lugar que lhe é relegado na economia do desejo é um não-lugar (VEIGA, 2018, p. 84).

O texto de Veiga nos leva a reflexões profundas sobre a natureza do desejo, como ele nos é forjado e manipulado, como os entendimentos que temos de sexualidade, gênero e amor são construções sociais, de uma sociedade supremacista branca, misógina, racista, homofóbica e transfóbica. O afeto é violentado e oprimido, assim como, tudo aquilo que foge levemente da norma hegemônica.

Resistimos e seguimos pelo mundo em nossas existências diaspóricas, criando novas modalidades de acolhimento, novos sentidos de pertencimento, forjando nossos próprios quilombos. Os coletivos de bixas pretas, a amizade com as irmãs pretas hétero e lgbts, as relações amorosas saudáveis, as religiões de matriz africana são estratégias de sobrevivência, suporte para a vida cotidiana, afago para a solidão que nos toma ao anoitecer, e desempenham papel importante na reparação aos danos que as diásporas causaram em nossas subjetividades (VEIGA, 2018, p. 87).

O parágrafo final de Veiga traduz aquilo que o texto nos propõe a pensar e a lutar para construir.

DAS SALAS PARA A COMUNIDADE: OFICINAS TEMÁTICAS COMO RESISTÊNCIA

O grupo de estudos OGBON seguiu seus encontros de uma forma democrática e acolhedora, onde cada um dos participantes tinham a oportunidade de escolher, dentro da temática do grupo, textos que afloram seus interesses e que podiam contribuir para debates sadios e dotados de

conhecimentos necessários, para refletir criticamente perante o processo de construção da sociedade brasileira.

Mediante a liberdade para a escolha das temáticas dos encontros, houve uma diversidade em relação aos temas, atingindo as áreas de gênero, raça, classe, sexualidade, hip-hop como resistência, uma rica diversidade necessária para suprir as abordagens e discussões dos participantes. Além disso, as variadas temáticas e discussões atreladas a execução do grupo auxiliam diretamente em recortes que possivelmente podem ser abordados em sala de aula, fomentando o debate e a conscientização entre os estudantes.

Nesse sentido, o interesse entre os participantes do projeto por assuntos que já tinham relevância entre eles acabou aumentando, e para os que não tinham tanta valia, foi fomentado pela abordagem dentre os encontros, gerando uma grande teia de conhecimento e comunicação. Esse cenário foi construído desde os primeiros encontros, sempre abordando as temáticas com debates teóricos externos e internos aos textos escolhidos, sendo uma dinâmica sadia para todos os envolvidos.

O sucesso no funcionamento dos encontros, somado com a parceria com o NEABI – já supracitado –, fez com que surgisse o interesse em furar a bolha do grupo de estudos e estruturar projetos para a comunidade externa à universidade, abordando as discussões pautadas no grupo, por meio da realização de oficinas temáticas. Essas oficinas foram pensadas pelos participantes do grupo de estudos e idealizadas a partir do interesse dos estudantes em temas transversais em sua vivência durante as abordagens, livres para o desenvolvimento conforme suas escolhas, permitindo construir seus próprios debates.

Mediante a isso, em parceria com o NEABI e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (IFMS/CPTL), em uma tentativa de externalizar as discussões do grupo, houve a realização de oficinas na Semana da Consciência Negra – na semana do dia 22 de novembro de 2023 –, um período destinado apenas para eventos relacionados à temática de resistência, educação e oficinas em torno da comemoração da morte de Zumbi dos Palmares e a resistência negra no Brasil. Os estudantes se apresentaram em nome do PET História Conexões e Saberes, somado a parceria com o grupo de estudos OGBON.

Os estudantes Pedro Henrique da Silva e Vitor Matheus do Santos desenvolveram uma oficina com a temática *O Movimento Hip-Hop: um agente político e cultural para o povo preto, união entre o ócio e a luta*, onde optaram por explorar tal movimento como um agente de denúncia e tentativa de superação dos preconceitos e desigualdades que assolam a população negra no Brasil.

Nessa perspectiva, os estudantes utilizaram como base a exposição acerca da situação em que essa população está inserida na sociedade, como resultante da existência e permanência dos resquícios do sistema escravista brasileiro. Para tal, utilizou-se Silvio de Almeida (2018), para abordar sobre as construções do racismo estrutural, racismo individual e racismo velado na sociedade brasileira, necessários para compreender a situação em que os negros estão submetidos, imersos em preconceitos, mas sempre buscando formas de resistência – como por meio do hip-hop.

Figura.3 - Pedro e Vitor sanando dúvidas sobre a oficina



Fonte: Autoria própria (2023).

A partir disso, houve a contextualização sobre os tipos de racismo descritos por Almeida (2018), a apresentação da perspectiva de movimento negro para Joel Rufino dos Santos (1994), a necessidade de inserção do hip-hop como forma de resistência para os negros – suprimindo a lacuna deixada pelo movimento negro – com João Batista de Jesus Felix (2013) e, por fim, exemplos práticos sobre o hip-hop e o funk como agente político para a

população preta – abordando diversas temáticas –, expondo nomes como os Racionais, Emicida, Djonga, Negra li, Drika, Tasha e Tracie.

As estudantes Jéssica Paiva e Daiane Maia desenvolveram a oficina *Cabelo afro: expressão e identidade*, na qual buscaram discorrer sobre a origem do cabelo afro, explorando sobre a ancestralidade da cultura de matriz africana, extremamente presente na formação cultural brasileira.

Figura.4 - Daiane e Jéssica no local da oficina



Fonte: Autoria própria (2023)

Mediante a isso, as estudantes contextualizaram sobre os penteados como uma forma de resistência, em contrapartida aos preconceitos enraizados na sociedade brasileira, bem como também a importância de compreender melhor sobre seus significados de forma política e estética. Após o término da noção teórica, as estudantes finalizaram a oficina com uma prática de como realizar o penteado *baby hair* e mediaram auxílio para que os participantes fizessem neles mesmos.

A estudante Karen Nogueira elaborou a oficina *Moda preta e periférica: o papel histórico das gêmeas tasha e tracie na recuperação da autoestima de meninas e mulheres negras*. A oficina imerge nas vivências das rappers e estilistas Tasha e Tracie, mulheres negras que desempenharam um papel fundamental na recuperação da autoestima de meninas e mulheres por via da moda. Com o intuito de destacar o impacto social e histórico que a moda pode ter na construção da identidade e na promoção da autoaceitação a oficina abordou a temática sobre a beleza negra na sociedade brasileira,

caminhando pela negação da noção de marginalização sobre os corpos negros e formas de resistência para a construção de uma perspectiva positiva acerca dessa estética.

Figura.5 - Karen desenvolvendo o conteúdo da oficina



Fonte: PET História (2023).

Dentro da perspectiva de construção da cultura brasileira em moldes colonizadores, a beleza negra foi negada e marginalizada desde o início de suas estruturas, enquanto as estéticas nos moldes europeus brancos foram exaltadas. Nesse sentido, a ancestralidade, os penteados, tudo que traria alusão às culturas de matriz africana foram – e são – tratados de forma pejorativa, demonizada ou marginalizada.

Mediante a esse cenário, a construção de uma identidade positiva e com orgulho da ancestralidade africana da população negra, nesse caso, especificamente sobre as mulheres negras, é essencial. Tasha e Tracie surgem nesse sentido e são exploradas pela oficina como uma resposta à construção racista da sociedade brasileira, bem como uma forma de recuperar a autoestima das mulheres negras, que foi roubada e marginalizada desde a chegada – forçada, por meio do sistema escravista e o tráfico transatlântico – dos negros nesse território. Logo, essa ação se molda por meio de uma união simbiótica entre música, estética e vivência das artistas, exploradas durante toda a oficina em questão, numa luta

constante contra o apagamento da beleza, renascendo o sentimento de amor pela sua cor, ancestralidade e estética.

É possível analisar a atuação do grupo de estudos OGBON em duas fases. A primeira atrelada a uma construção teórica acerca dos mais variados temas em relação à uma historiografia negra, explorando recortes extremamente importantes para compreender o espaço em que os participantes estão inseridos. Já a segunda fase, pode ser ligada a ação de quebrar a bolha da universidade, de forma interdisciplinar e crítica, na qual externaliza o conhecimento para toda a comunidade, para que possa ser possível contribuir diretamente na construção de um pensamento crítico e reflexivo desses estudantes sobre o cotidiano e a construção da sociedade brasileira.

Portanto, o OGBON foi uma forma de resistência perante aos moldes colonizadores em que o Brasil está imerso, agindo como a universidade deveria agir com constância, disseminando a informação para fora dos "muros" construídos em torno do conhecimento produzido em suas estruturas acadêmicas.

ANCESTRALIDADE E MOVIMENTO NEGRO

Para discutirmos a realidade da negritude no Brasil é necessário entendermos de forma profunda a sua relação com a África, abrindo uma janela para a desconstrução de mitos e histórias distorcidas sobre o continente africano e seus povos, que muitas vezes são passadas e compartilhadas pelos meios de comunicação e até mesmo dentro dos muros das escolas pelo país, descontextualizando saberes e conhecimentos do continente, Munanga tenciona essas questões contidas na sociedade.

Muito do que conhecemos da África chega até nós pelos meios de comunicação de massa. Filmes como os de Tarzan e outros popularizados no cinema e na TV trazem para nós imagens distorcidas do povo africano, de suas tradições e sabedoria. De modo geral, os personagens brancos são os que levam saberes, a religião e a cultura que deve prevalecer (MUNANGA, 2006, p. 32).

Dessa maneira o Grupo de Estudos OGBON e seus participantes buscam trazer a ancestralidade à tona dentro das próprias discussões, essa ancestralidade é ligada às tradições que carregamos dentro de nós de uma cultura negra, vinda do próprio continente africano e permanecendo em

nossos corpos até a atualidade. A partir de uma cosmovisão africana percebe-se que essas tradições estão a todo momento tensionadas com a diversidade e com a integração dentro da sociedade.

O corpo na cultura de matriz afrodescendente pode ser compreendido a partir dos três princípios fundamentais da cosmovisão africana: diversidade, integração e ancestralidade. O corpo é diverso desde sua constituição biológica quanto em seus múltiplos significados culturais. É integração posto que é a condição de qualquer relação; é a base da interação dos seres e da interação entre eles. É ancestral, pois o corpo é uma anterioridade. O corpo ao mesmo tempo é a ancestralidade como é por ela regido (OLIVEIRA, 2018, p. 125)

Com isso as discussões que estão atreladas com a ancestralidade de alguma forma produzem estudos negros, esses estudos se diferenciam do que vemos com mais frequência que é o estudo dos negros, entende-se que quando falamos sobre estudos negros, nos referimos a estudos que os negros são os sujeitos e os próprios pesquisadores, de forma que pontua-se prioridades e possibilidades para os próprios negros dentro de suas próprias perspectivas, desse modo podemos partir de uma visão de mundo africana, ou seja, uma visão afrocêntrica, se distanciando de alguma forma do conhecimento ocidental normativo e conservador no qual fomos educados e expostos durante anos, já o estudos dos negros são no geral aqueles em que os negros são objetos de pesquisa da branquitude

Os estudos negros carregam dentro de si uma perspectiva voltada para o resgate da memória, visando o reconhecimento e a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, essas ideias contribuem para um processo de construção de identidade, sendo ela individual ou coletiva, mas tendo sua importância, visto que, o Brasil tem mais de 110 milhões de pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas de acordo com Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população (IBGE, 2022), mas sofre com sujeitos que não tiveram a oportunidade de conhecer suas origens étnicas e aos que puderam conhecer, observamos problemas de representatividade, onde dentro da sociedade temos a ausência do negro em áreas de poder e outros espaços que não são precarizados, isso inclui dentro das escolas e das próprias universidades, formando dessa maneira uma

ausência dentro das relações sociais e culturais que são diretamente responsáveis pela construção de uma identidade.

Nesta relação da construção de identidade, o Grupo de Estudos OGBON criou dentro da UFMS/CPTL um local de estudos e reflexões sobre o que é ser negro no Brasil de hoje, promovendo uma troca de experiências e saberes em prol dessa formação identitária que pode ser extremamente complexa, da forma em que considera Munanga:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico (MUNANGA, 2004, p.52).

A construção de identidade então é dada em um campo de diálogo aberto, onde temos um grupo étnico/racial que abre um olhar para si mesmo a partir da relação que mantém com a sociedade, outros indivíduos e outros grupos, e essa construção de identidade implica na construção também e melhoria de um movimento negro mais complexo e compatível com a realidade, de forma como Petrônio Domingues discute e define o que é movimento negro:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a "raça", e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a "raça" é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES, 2007, p.101-102).

O movimento negro então tem sua preocupação muita das vezes voltada para educação, tentando se fazer presente sempre que possível nesses campos, se articulando como um movimento negro educador com a ajuda do entendimento do que seria a identidade racial nos dias de hoje. Pensando dessa forma o grupo de estudos OGBON acaba funcionando também como uma ferramenta fomentadora do próprio movimento negro em

prol da luta por uma educação mais democrática e inclusiva em todos os aspectos, se preocupando também com o letramento racial dos participantes e da sociedade em geral.

Podemos ver que essas discussões e pautas são reflexos da nossa sociedade e do dia a dia do cidadão comum, com isso vários artistas reproduzem essa realidade, como por exemplo o artista Emicida que consegue espelhar e espalhar isso em forma de canções e relatos como vemos em "Principia" no álbum AmarELO de 2019.

A primeira vez que eu fui na África, meu amigo Chapa me levou num museu em Angola que eles chamam de Museu da Escravidão. E naquele lugar tinha uma pia e tava escrito um texto na parede que era mais ou menos assim "Foi nessa pia que os negros foram batizados e através de uma idéia distorcida do cristianismo, eles foram levados a acreditar que eles não tinham alma". Eu olhei pro meu parceiro e naquele dia eu entendi qual era a minha missão. A minha missão cada vez que eu pegar uma caneta e um microfone é devolver a alma de cada um dos meus irmãos e das minhas irmãs que sentiu que um dia não teve uma. (EMICIDA, 2019)

Conseguimos observar que esse relato vai de encontro com a filosofia do movimento negro e do grupo de estudos OGBON mostrando a realidade da nossa sociedade em uma linguagem simples e direta buscando reivindicação política, social e cultural para o povo negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria simplesmente equacionar a unidade com a diversidade, ou seja, construir a unidade, respeitando a diversidade que constitui sua matéria-prima e fonte da riqueza coletiva e do enriquecimento individual. Diversidade na unidade não deve sugerir uma diversidade hierarquizada em culturas superiores e inferiores. (MUNANGA, 2013)

O grupo de estudos OGBON promove os estudos e a reflexão crítica sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana, bem com a sua influência contemporânea na política, na cultura e na educação.

A partir das leituras, discussões e experiências compartilhadas, a comunidade acadêmica, junto aos demais presentes, procuram resgatar a

importância dessas histórias que diversas vezes foram colocadas na marginalidade. De acordo com Ki-zerbo (1982), a história do continente africano deve ser reescrita, pois até a contemporaneidade ela foi corrompida, por ignorância e por interesse.

Dessa forma, os encontros fomentam um pensamento crítico reflexivo para os participantes, abordando também os conceitos interligados de classe e gênero para debater e compreender, segundo Kostuczenko et al. (2021) as violências físicas e simbólicas (epistemicídios) do passado, que assolam contemporaneamente nosso país, como também entender as diversas formas de resistências que perduram até o presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

EMICIDA. **Principia**. Rio de Janeiro: Sony Music, 2019. (5:55).

FELIX, J. B. J. Entre o Movimento Negro e o hip-hop. In: MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. (orgs.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, 2013. p. 129-152.

FIGUEIREDO, E. O Haiti: História, literatura, cultura. **Revista Brasileira do Caribe**, v. VI, n. 12, p. 371-395, jun. 2006. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/7567>. Acesso em: 30 abr. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022** : identificação étnico-racial da população, por sexo e idade : resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KI-ZERBO, J. **História geral da África, I**: metodologia e pré-história da África. São Paulo, SP: Ática/Unesco, 1982. 765 p. 21-42.

KOSTUCZENKO, K.; FIGUEIREDO, D. G.; FIGUEIREDO, J. W. Contribuições de Franz Fanon e Paulo Freire para a emergência de uma educação antirracista. **Revista Inter-Ação**, v. 46, n. ed. especial, 2021, p. 930-945.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50. São Paulo, jan./abr. 2004, p. 51-56. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MnRkNKRH7Vb8HKWTVtNBFDp/?lang=pt> Acesso em: 01 mai. 2024.

MUNANGA, K. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. (orgs). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF. 2013. p.21-34.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, E. D. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2018.

PINHEIRO, L. B. M. Negritude, apropriação cultural e a 'crise conceitual' das identidades na modernidade. In: ANAIS DO XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015. **Anais** [...]. Florianópolis - SC, 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945021_6407fdaf7ad9ba34b2ef339eefce64a7.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

RACIONAIS MC 's. **Capítulo 4, Versículo 3**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. (8:06).

SANTOS, J. R.; BARBOSA, W. N. **Movimento negro e crise brasileira, Atrás do muro da noite**; dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, L. S.; GÓES, E. F. O "branco na branquitude" e o "branco antirracista". **Revista da ABPN**, v. 13, n. 35, p. 521-533, 28 fev. 2021. <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2021.v13.n.35.p521-533>.

SILVA, Wilson Honório. **O mito da democracia racial**: um debate marxista sobre raça, classe e identidade. Editora Sundermann, 2016.

VEIGA, L. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Tabuleiro de Letras**, v. 12, n. 1, p. 77-88, 19 jul. 2018. <https://doi.org/10.35499/tl.v12i1.5176>.